

CAPITULO 4

Comércio e Moedas

Comércio – noção e tipos

A evolução da moeda – formas e funções

A moeda portuguesa – O Euro

O preço de um bem – noção e componentes

A inflação – noção e medida

A inflação em Portugal e na UE

Comércio – noção e tipos

O comércio baseia-se na troca voluntária de produtos. As trocas podem ter lugar entre dois parceiros (comércio bilateral) ou entre mais do que dois parceiros (comércio multilateral). Na sua forma original, o comércio fazia-se por troca direta de produtos de valor reconhecido como diferente pelos dois parceiros, cada um valoriza mais o produto do outro. Os comerciantes modernos costumam negociar com o uso de um meio de troca indireta, o dinheiro. É raro fazer-se troca direta hoje em dia, principalmente nos países industrializados. Como consequência, hoje podemos separar a compra da venda. A invenção do dinheiro (e subsequentemente do crédito, papel-moeda e dinheiro não-físico) contribuiu grandemente para a simplificação e promoção do desenvolvimento do comércio.

A maioria dos economistas aceita a teoria de que o comércio beneficia ambos os parceiros, porque se um não fosse beneficiado ele não participaria da troca, e rejeitam a noção de que toda a troca tem implícita a exploração de uma das partes. O comércio, entre locais, existe principalmente porque há diferenças no custo de produção de um determinado produto comerciável em locais diferentes. Como tal, uma troca aos preços de mercado entre dois locais beneficia a ambos.

A Evolução da moeda

A dinâmica que a actividade comercial tomou e a multiplicidade de produtos a trocar exigiu o aparecimento de um bem que servisse para medir o valor de todos os outros, facilitando e permitindo, assim, o desenvolvimento das trocas. O desenvolvimento da actividade produtiva exigiu a **criação da moeda**. A **moeda** é, portanto, um bem de aceitação generalizada que se utiliza como intermediário nas trocas, isto é, em todos os actos de compra e de venda de bens e serviços. A moeda surge, assim, como um bem que todos os indivíduos aceitam sem contestação e que é utilizada para medir o valor de todos os bens e serviços. As formas de moeda são multiplas: moedas metálicas, notas, cheques, cartões de crédito, etc.

As funções da moeda

Distinguem-se tradicionalmente três funções da moeda. Ela serve de intermediária nas trocas (é um instrumento universal de aquisição de bens e serviços, isto é, serve de intermediária nos actos de compra e venda. A moeda permite também liquidar imediata e definitivamente as dividas), de unidade de valor (é o instrumento de medida de valor dos bens e serviços transaccionados. É através da moeda que se expressam os valores dos bens e dos serviços, permitindo comparar o valor entre estes que se transaccionam no mercado) e de instrumento de reserva de valor (a moeda pode ser retida, ou seja, a moeda permite a poupança, não se tornando imprescindível a sua utilização imediata, podendo os seus possuidores, pelos mais diversos motivos, optar por conservá-la durante algum tempo e utilizá-la posteriormente).

As formas da moeda

A moeda apresenta-se hoje sob três formas principais:

Há a moeda divisionária (moedas metálicas), a moeda fiduciária (notas de banco aceites por todos e nas quais todos têm confiança) e a moeda escritural (corresponde às transferências de uma conta bancária para outra através de um mero registo – manual ou electrónico).

A moeda divisionária e a moeda fiduciária são as mais comuns, pois andamos com ela todos os dias, utilizando-as para as nossas transacções correntes. A moeda escritural é cada vez mais usada.

A história da moeda, desde há vários séculos, evidencia um processo constante de “desmaterialização”¹, uma vez que as notas adquiriram preponderância face às moedas metálicas. Mais tarde, na segunda metade do século XX, os cheques substituíram as notas como principal meio de liquidação das trocas. Por fim, a moeda electrónica tende hoje a suplantiar o uso do cheque.

A moeda electrónica, isto é, a utilização de cartões de pagamento, é um meio cada vez mais utilizado. Os cartões permitem retirar dinheiro nas caixas automáticas dos bancos e fazer pagamentos aos comerciantes, podendo ser diferido o débito na conta do proprietário do cartão.

É necessário finalmente notar que as autoridades monetárias possuem uma concepção mais alargada de moeda, incluindo os activos que, sem permitir a liquidação imediata de uma compra, podem muito facilmente ser transformados em meios de pagamento (caderneta de poupança, por exemplo).

¹ Esta desmaterialização não deve ser tomada no sentido amplo, quer isto dizer que, há de facto uma desmaterialização da moeda, no entanto, esta desmaterialização da moeda faz-se através de uma troca da “moeda física” pela moeda escritural, já que esta, do ponto de vista físico, não existe.

A moeda portuguesa – o Euro

O Euro (€) (pronuncia-se com o aberto como em Europa) é a moeda oficial de 13 dos 27 países da União Europeia. O Euro existe na forma de notas e moedas desde 1 de Janeiro de 2002, e como moeda escritural desde 1 de Janeiro de 1999.

O banco que controla as emissões do Euro e executa a política cambial da União Europeia é o Banco Central Europeu, com sede em Frankfurt am Main, na Alemanha.

Com a implementação da nova moeda no quotidiano, decidiu-se que as regras para a formação do plural da palavra (euro, euros, euri), o género, o uso da vírgula ou ponto para separação das casas decimais, e da posição do símbolo da unidade monetária se manteriam segundo as convenções nacionais de cada país.

Ora, em Portugal, segundo o sistema métrico, é a vírgula o símbolo que separa os números inteiros das casas decimais. E mantém-se também a convenção tipográfica prévia da posição do símbolo monetário: tal como o escudo português, o símbolo do euro coloca-se à direita do número.

Um euro divide-se em 100 cêntimos, existindo notas de 5, 10, 20, 50, 100, 200 e 500 euros e moedas de 1, 2, 5, 10, 20 e 50 cêntimos e de 1 e 2 euros. Cada moeda em circulação tem uma face comum e uma face que depende do país para que foi cunhada.

O preço de um bem – noção e componentes

Nas economias monetárias, todos os bens e serviços se trocam por uma certa quantidade de moeda, a qual traduz o seu preço. O **preço** é, assim, a **expressão monetária do valor desses bens e serviços**.

O preço de venda é o valor que deverá cobrir o custo direto da mercadoria/produto/serviço, as despesas variáveis, como impostos, comissões, etc., as despesas fixas proporcionais, ou seja, renda, água, luz, telefone, salários, etc., e ainda, um lucro líquido adequado.

Inflação – noção e medida

O fenómeno da inflação é duma maneira geral conhecido por todos. A subida dos preços dos bens e serviços reflecte-se no quotidiano de todos nós. Mas, a inflação não se pode confundir com uma subida accidental dos preços dos bens e serviços como a verificada nos preços dos bens agrícolas fora da época própria para a sua produção. Também o aumento da procura de certos bens em determinados períodos do ano pode originar uma subida accidental dos preços. É o que acontece, por exemplo, na época do Natal.

Assim, podemos definir **inflação** com sendo um fenómeno que se caracteriza pelo aumento generalizado do preço dos bens e serviços de uma dada economia, de forma contínua. No entanto, a intensidade da inflação é variável. De facto, tanto podemos verificar inflação rastejante – em que a subida dos preços é quase imperceptível – como também inflação galopante, em que a subida dos preços é incontrolável.

Existem várias explicações para o desencadeamento do processo inflacionário. Expõem-se aqui alguns como o aumento da moeda em circulação, sem o correspondente aumento de produção de bens e serviços (ou a diminuição da produção, sem a correspondente diminuição da quantidade de moeda em circulação) acarreta um excesso de procura de bens e de serviços face à respectiva oferta por parte dos produtores, originando a consequente subida do preço.

A subida dos preços das matérias-primas vai fazer aumentar os custos de produção das empresas e em consequência, os preços de venda. Foi o que aconteceu em 1973, 1978 e 1990 com a subida acentuada dos preços do petróleo.

As próprias relações comerciais entre países por vezes originam ou incrementam o processo inflacionário. Nestas circunstâncias fala-se de

inflação importada e afecta os países dependentes dos países com maior inflação.

O açambarcamento de alguns bens por parte dos produtores ou dos distribuidores origina uma escassez desses bens no mercado e, conseqüentemente, a subida dos respectivos preços.

Com efeito, o aumento dos preços faz com que o consumidor compre, com o mesmo dinheiro, cada vez menos produtos. Estes não se desvalorizam em consequência da quebra de confiança na moeda nacional. Em geral, a qualidade de vida é inferior e para aqueles cujo rendimento é fixo, pois este é desvalorizado progressivamente.

Na verdade, a depreciação da moeda cria nos cidadãos uma predisposição para a aquisição de bens de consumo, o que contribui para a expansão do consumo e, conseqüentemente, para a elevação do nível de preços, quando uma das formas de combater a alta do nível de preços é, exactamente, diminuir o consumo de bens e serviços finais.

Índice de Preços do Consumidor

Os índices de preços no consumidor traduzem, estatisticamente, as variações dos preços dos bens e serviços numa dada economia e num determinado período de tempo, permitindo-nos assim medir o fenómeno da inflação.

Assim para a determinação do I.P.C. é necessário elaborar inquéritos, a fim de saber qual a percentagem do orçamento familiar que, em média, cada agregado familiar atribui às diversas rubricas do consumo. Estas rubricas do consumo constituem um cabaz de bens e serviços considerados representativos do consumo de uma família média e com importância no respectivo orçamento familiar.

É com base nas variações de preços deste cabaz de bens e serviços que se determinam as variações do índice de preços no consumidor em relação a um ano-base.

Para determinar o aumento do preço do pão do ano de 1990 em relação ao ano-base de 1985, teremos que estabelecer a relação percentual entre os dois preços. Esta relação é designada por índices de preço no consumidor (I.P.C.) que neste exemplo será calculado como se segue:

Com efeito, se quisermos, por exemplo, analisar a evolução do preço do pão, teremos de considerar um ano-base que servirá de referência e que poderá ser o ano de 1985. Suponhamos que um quilograma de pão custava nesse ano 80\$00. Em 1990 o custo de um quilograma do mesmo tipo de pão foi, por exemplo, de 160\$00.

$$\frac{80}{160} = \frac{100}{x}$$

$$x = \frac{160}{80} \times 100$$

$$x = 200$$

Este valor – 200 – permite-nos concluir que o preço de cada quilograma deste tipo de pão aumentou 100% entre 1985 e 1990.

Generalizando, podemos então dizer que:

$$\text{IPC ano x/ ano y} = \frac{\text{Preços do ano x}}{\text{Preços do ano y}} \times 100$$

Depois de termos definido a fórmula para calcularmos o IPC falta-nos agora definir a fórmula que nos dará a taxa de inflação. Exprime-se em termos percentuais e pode ser calculado tendo em conta o factor ano base e o ano corrente, pode também ser calculada em termos mensais (a inflação homóloga compara a taxa de inflação de um dado mês e o mesmo mês do ano anterior; a inflação média é calculada através da média dos dozes meses do ano considerado). A inflação é calculada pela seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de inflação} \quad = \quad \frac{\text{IPC}_{\text{ano corrente}} - \text{IPC}_{\text{ano base}}}{\text{IPC}_{\text{ano base}}} \times 100$$

(ano corrente)

É vulgar associar-se a expressão “custo de vida” a outra, de sentido por vezes oposto, “nível de vida”.

Normalmente um aumento do custo de vida dos indivíduos corresponde a uma diminuição dos seus hábitos e padrões de consumo, isto é, do nível de vida.

Quando falamos em nível de vida, falamos na possibilidade de efectuar determinado consumo (alimentação, vestuário, educação, etc.). Com efeito, o nível de vida corresponde à quantidade de bens e serviços que uma determinada população pode adquirir com o rendimento de que dispõe. São indicadores do nível de vida todo o conjunto de elementos estatísticos relativos ao consumo. O nível de vida traduz-se na qualidade desses bens e serviços. As condições de habitação, a saúde, instrução, o consumo de bens duradouros, entre outros, dão, no seu conjunto, a informação sobre o nível de vida. A inflação tem reflexos negativos no nível de vida das populações.²

² Suprimi a parte da inflação em Portugal e na Europa porque se sair no exame ou em qualquer teste terá acompanhado um gráfico e a resposta resultará da interpretação tendo como base os conceitos já adquiridos.